

Vereador denuncia manipulação em licitação

Kranz põe em dúvida lisura na reforma da Biblioteca. Chefe de gabinete rebate acusação

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

“Este é um dos momentos mais difíceis da minha vida na política”, definiu o vereador Renato Antônio Kranz (PTB) ontem, ao iniciar o seu discurso durante a sessão da Câmara. De uma pasta azul, tirou um maço de papéis e apresentou o que considera ser uma grave denúncia de fraude na licitação para a reforma da Biblioteca Pública Municipal.

Kranz mostrou a impressão de uma conversa no aplicativo Whats App entre o chefe de gabinete do prefeito, Valter Robalo, e o então diretor de Licitações, João Teixeira. O diálogo é datado de 29 de outubro do ano passado. Nas mensagens, ambos parecem combinar a criação de dificuldades para que algumas empresas interessadas na obra não pudessem participar da concorrência.

No texto, o diretor informa que, das empresas interessadas em se habilitar à concorrência, seis permaneceram. Robalo questiona: “mas as que não queremos se mantiveram?”. João responde: “Sim! Infelizmente sim! Mas amanhã a Carina (então secretária de Obras) vai ver tudo e vamos ver os apontamentos tbm! Já conferimos toda a documentação! Amanhã até meio dia já sabemos”.

das outras “exigências”. O diretor lembra que será necessário um parecer do então procurador geral do Município, Marcelo Rodrigues, para justificar a revogação. No dia seguinte, em nova troca de mensagens, Teixeira confirma que permaneceram seis empresas na disputa pela obra. Robalo reitera que a concorrência será cancelada e aberta uma nova, com outras cláusulas.

Para o vereador Renato Kranz, o diálogo deixa muito claro que houve uma conspiração para direcionar a concorrência e impedir a participação de algumas empresas. Segundo ele, trata-se de um crime contra a Lei das Licitações. Ele não deu detalhes sobre como teve acesso à conversa e diz que, ao recebê-la, há alguns meses, resolveu se cercar de alguns cuidados.

Através de pedidos de informação, Kranz confirmou que, durante o andamento do processo de licitação, a Prefeitura aumentou as garantias exigidas das empresas participantes. “Quando o chefe de gabinete pergunta se as empresas ‘que não queremos’ se mantiveram e, em seguida, manda cancelar a concorrência, não ficam dúvidas de que houve um direcionamento”, ressalta.

Ontem, o vereador encaminhou cópias da documentação que obteve na

concorrência, seis permaneceram. Robalo questiona: “mas as que não queremos se mantiveram?”. João responde: “Sim! Infelizmente sim! Mas amanhã a Carina (então secretária de Obras) vai ver tudo e vamos ver os apontamentos tbm! Já conferimos toda a documentação! Amanhã até meio dia já sabemos”.

Na mesma hora, o chefe de gabinete determina o cancelamento da licitação e o recomeço do processo.

A conversa segue, com Robalo acrescentando que deveriam ser inseri-

das aumentou as garantias exigidas das empresas participantes. “Quando o chefe de gabinete pergunta se as empresas ‘que não queremos’ se mantiveram e, em seguida, manda cancelar a concorrência, não ficam dúvidas de que houve um direcionamento”, ressalta.

Ontem, o vereador encaminhou cópias da documentação que obteve na Prefeitura sobre o processo e a conversa para o Ministério Público. Disse também que estava enviando o dossiê para a Polícia Federal que tem pela sua segurança e de sua família.

Robalo: “queríamos garantir qualidade”

As conclusões do vereador, na opinião do chefe de gabinete, Valter Robalo, são uma forma maldosa de interpretar a conversa dele com o ex-diretor de Licitações. “O que temos ali é a exigência de novas garantias para que as empresas, uma vez iniciadas as obras, ficassem com a obrigação de concluir e não abandoná-las logo depois da primeira medição”, define. “Isso era comum nos governos que nos antecederam. As empresas embolsavam a primeira parcela e se retiravam, gerando transtornos e custos ao erário”, destaca.

No processo da reforma da Biblioteca, algumas das empreiteiras habilitadas, inclusive usando mais de um CNPJ, já tinham feito isso em obras da Prefeitura. “Para preservar os impostos dos contribuintes, estabelecemos mecanismos que visavam coibir esta prática. Por sinal, uma das empresas entrou na Justiça contra o aumento das garantias e perdeu”, recorda Robalo.

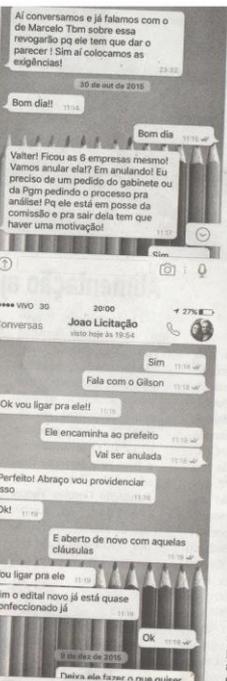
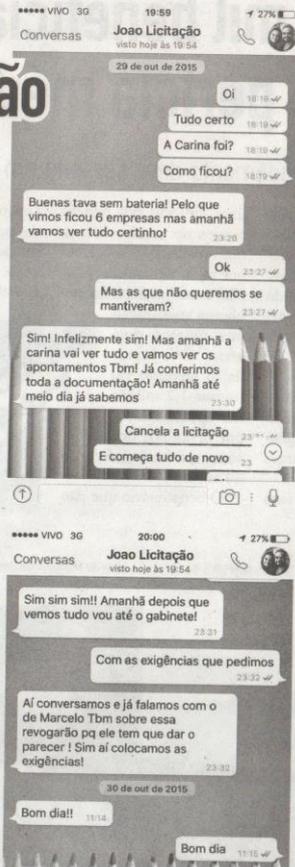
O chefe de gabinete diz que não estranha a denúncia do vereador. “É típico de quem, como ele, é oriundo de um governo marcado por obras caras e mal

feitas, como o conduto, as casas do loteamento Bela Vista e as salas de aula da Escola Esperança, que por pouco não desmoronaram sobre os alunos”, ataca.

“Se ele, quando secretário de Educação, tivesse tomado estes cuidados, não se teria perdido tantos milhões”, reforça.

Robalo acrescenta que nada teme e que a divulgação da conversa serve para reforçar que não houve fraude. Inclusive, ele repassou o diálogo à reportagem, depois de constatar que a versão divulgada por Kranz estava mal impressa. “Se eu estivesse fazendo algo ilegal, certamente não deixaria isso registrado num aplicativo a que todos têm acesso”, conclui.

O ex-diretor de Licitações, João Teixeira, lamenta o episódio. Segundo ele, as exigências acrescidas ao processo estão previstas na lei e visaram unicamente resguardar os cofres públicos. “Jamais faria algo ilegal. Quando um dos participantes questionou a mudança, a Justiça avaliou a decisão do prefeito e as garantias exigidas ali se tornaram padrão para todas as obras públicas desde então”, encerra.



ROBALO manteve a conversa gravada em seu telefone e forneceu uma cópia à reportagem ontem à noite